

ASPECTOS GERAIS

→ são computadas como tempo de serviço!

- = descanso anual **remunerado** com **$\geq 1/3$ a mais** que o salário normal
- nem negociação coletiva pode reduzir o direito (duração ou remuneração adicional)
- **em regra**, deve ser usufruído em **um só período**

FRACIONAMENTO

- permitido, em **até 3 períodos**, desde que haja concordância do empregado → permitido mesmo para o menor de 18 anos
- **limites mínimos**:
 - **≥ 1 período** deve ser **≥ 14 dias**
 - demais períodos **≥ 5 dias**

PERÍODOS

AQUISITIVO

- = período necessário para o empregado adquirir o direito às férias = **a cada 12 meses** de vigência do contrato de trabalho.
- **início** = vigência do contrato de trabalho (computa-se já o primeiro dia)

CONCESSIVO

- = período iniciado **logo após o aquisitivo** no qual o empregador deve conceder as férias = **12 meses** subsequentes à aquisição do direito

CONCESSÃO

- o **empregador decide** o período (*jus varandi*) (dentro do período concessivo)
- vedado o início das férias nos 2 dias que antecedem {
 - feriado
 - repouso semanal remunerado

FORMALIDADES EXIGIDAS

→ = "aviso de férias"

- concessão será **participada por escrito** ao empregado (pus a literalidade da lei para vocês, pois é uma redação estranha)
- antecedência mínima de 30 dias
 - o interessado terá recibo
- concessão será **anotada na CTPS**
- anotada no registro dos empregados (dispensado para MÊs/EPPs)

DIREITO DE COINCIDÊNCIA

- membros de uma **família** (que trabalham no mesmo estabelecimento/empresa) têm direito a **gozar férias no mesmo período**
- se assim desejarem e se não resultar prejuízo para o serviço

FÉRIAS E EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

⚠️ IMPORTANTE!

FÉRIAS SIMPLES

- = período **aquisitivo** já transcorrido
- não podem ser gozadas (devem ser indenizadas)


FÉRIAS VENCIDAS

- = período **concessivo** já expirado
- devem ser **pagas em dobro**

Férias proporcionais: direito à remuneração relativa ao período incompleto de férias (não é devida aos demitidos por justa causa e é devida pela metade no caso de culpa recíproca)


férias

ASPECTOS GERAIS




- regra geral = 30 dias  mas não é permitido descontar as faltas das férias
- faltas **injustificadas** podem **reduzir** o período:

Nº DE FALTAS (injustificadas)	DIAS DE FÉRIAS
≤ 5 faltas	30 dias corridos
entre 6 e 14 faltas	24 dias corridos
entre 15 e 23 faltas	18 dias corridos
entre 24 e 32 faltas	12 dias corridos
> 32 faltas	perde o direito

TRABALHO A TEMPO PARCIAL

- com a Reforma, as férias do empregado do regime parcial passaram a seguir as **mesmas regras do normal**
 domésticos a tempo parcial: seguem a LC 150/2015

TRABALHO INTERMITENTE


- o trabalhador tem direito ao **pagamento das férias proporcionais** (com o acréscimo do 1/3) **ao final de cada período** trabalhado
 **PEGADINHA!** pagamento não é no gozo, mas no fim de cada período de trabalho
-  período aquisitivo = soma de dias trabalhados (não 1 ano de contrato)
 completados **12 meses** de contrato, o empregado adquire o direito de usufruir de **um mês de férias** (nos 12 subsequentes)
 **PEGADINHA!** aqui não são "30 dias", mas "1 mês"!

férias
= DURAÇÃO =

FALTAS JUSTIFICADAS

- não** interferem na duração das férias

HIPÓTESES **IMPORTANT!**

- ausências legais** (art. 473)  "O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário (...)"
- licença maternidade/aborto**
- acidente do trabalho** ou enfermidade atestada pelo INSS (salvo afastamento > 6 meses)
- ausência **justificada** pela empresa (que não determine desconto do salário)
- suspensão preventiva** em inquérito administrativo ou prisão preventiva (quando impronunciado ou absolvido)
- dias em que **não houve serviço**

SÚMULA 46, TST

"Faltas ou ausências decorrentes de **acidente do trabalho** não são consideradas para efeitos de:

- duração das férias
- cálculo da gratificação natalina"

PERDA DO DIREITO ÀS FÉRIAS **DECORE!**

- perde o direito às férias o empregado que (durante o período aquisitivo):
 - deixar o emprego** e não for readmitido em ≤ 60 dias
 - gozar **licença com salário por > 30 dias**
 - deixar de trabalhar **com salário** por > 30 dias devido a **paralisação parcial ou total** dos serviços da empresa
 - tiver percebido prestações da Previdência de **acidente de trabalho ou auxílio doença por > 6 meses** (mesmo se descontínuos)
 - > 32 faltas** injustificadas

FÉRIAS

REMUNERAÇÃO

CAI MUITO!

- remuneração $\geq 1/3$ a mais que o salário normal
remuneração considerada = devida na data de concessão das férias

HIPÓTESE	REMUNERAÇÃO CONSIDERADA
salário pago por hora com jornadas variáveis	média do período aquisitivo com o salário na data da concessão
salário pago por tarefa	média de produção do período aquisitivo com a remuneração da tarefa na data da concessão
salário pago por comissão, porcentagem ou viagem	média percebida nos 12 meses antecedentes à concessão
parte do salário paga em utilidades	computada conforme anotação na CTPS

o valor das comissões deve ser corrigido monetariamente

- os **adicionais** (trabalho extraordinário, noturno, insalubre ou perigoso) **são computados** no salário que servirá de base para o cálculo
 - se, no momento das férias, o empregado **não estiver recebendo o mesmo adicional** do período aquisitivo ou se seu valor não tiver sido uniforme será computada a **média duodecimal** (total/12) recebida no período (após a atualização dos valores)
- o pagamento deve ser feito em **até 2 dias antes do início** das férias → inclusive o abono
 - empregado intermitente: ao final de cada período de trabalho

CONCESSÃO APÓS EXPIRADO O PERÍODO CONCESSIVO

- infração administrativa** para o empregador

SÚMULA 81, TST. **IMPORTANTE!**

"os dias de férias **gozados após o período** de concessão deverão ser **remunerados em dobro**"

- o dobro atinge o **valor global** das férias (= valor básico + terço de férias)
- se parte for gozada dentro do período concessivo e parte fora, o "dobro" alcança a **parcela proporcional** à gozada fora do período

TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS

- é a "parcela acessória" das férias
- assume a natureza da parcela principal

FÉRIAS	NATUREZA DO ADICIONAL
férias gozadas	natureza salarial
férias indenizadas	natureza indenizatória

ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS

- = conversão de parte das férias **em dinheiro**
- é **faculdade do empregado**

férias coletivas: conversão só com **acordo coletivo** entre o empregador e o **sindicato** representativo da categoria e **independe de requerimento individual**

- limitada a 1/3** do período de férias
- deve ser requerido **até 15 dias antes** do término do período aquisitivo
- tem natureza **indenizatória**